



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES ESTADO DO PARANÁ

Rua XV de Novembro, 135 – Centro – Fone / Fax: (42) 3460-1155
CEP: 84.530-000 – CNPJ: 75.963.850/0001-94

www.teixeirasoares.pr.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 28/2026

O Senhor **Ivanor Luiz Müller**, Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, apresenta para apreciação e deliberação pelo Soberano Plenário dessa Respeitada Casa Legislativa, ouvidas as comissões competentes, o seguinte projeto de Lei.

SÚMULA: Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária do Município de Teixeira Soares (LDO), para o exercício de 2027 e dá outras providências.

Data:-: 15/04/2026

Autor:- Prefeito Municipal.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - As diretrizes gerais para a elaboração do Orçamento do Município de Teixeira Soares relativo ao exercício de 2027 ficam estabelecidas nesta Lei, em cumprimento ao disposto na Constituição Federal, na Constituição Estadual, no que couber, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei Orgânica Municipal compreendendo:

- I – riscos fiscais;
- II – metas anuais;
- III – avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- IV – metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- V – evolução do patrimônio líquido;
- VI – origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- VII – receitas e despesas previdenciárias e projeção atuarial do RPPS;
- VIII – estimativa e compensação da renúncia de receita;
- IX – margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- X – diretrizes para o Orçamento Fiscal;
- XI – evolução da receita;
- XII – disposições gerais;
- XIII – anexos:
 - a) de riscos fiscais;
 - b) de metas fiscais.

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES ESTADO DO PARANÁ

Rua XV de Novembro, 135 – Centro – Fone / Fax: (42) 3460-1155
CEP: 84.530-000 – CNPJ: 75.963.850/0001-94

www.teixeirasoaes.pr.gov.br

montante da dívida pública para o exercício de 2027, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 637, de 18 de outubro de 2012-STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta e Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, obedece às determinações legais.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei constituem-se dos seguintes:

01.00.00 PARTE I ANEXO DE RISCOS FISCAIS.

01.01.00 DEMONSTRATIVO I – RISCOS FISCAIS.

02.00.00 PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS.

02.01.00 DEMONSTRATIVO II – METAS ANUAIS.

02.02.00 DEMONSTRATIVO III – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

02.03.00 DEMONSTRATIVO IV – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

02.04.00 DEMONSTRATIVO V – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

02.05.00 DEMONSTRATIVO VI – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.

02.06.00 DEMONSTRATIVO VII – RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS.

02.07.00 DEMONSTRATIVO VIII – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA.

02.08.00 DEMONSTRATIVO IX – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Parágrafo único. Os Demonstrativos referidos neste artigo serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

CAPÍTULO I RISCOS FISCAIS

Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º do art. 4º da LRF, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2027, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

Rua XV de Novembro, 135 – Centro – Fone / Fax: (42) 3460-1155
CEP: 84.530-000 – CNPJ: 75.963.850/0001-94

www.teixeirasoares.pr.gov.br

CAPÍTULO II

METAS ANUAIS

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo II – Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2027 e para os dois seguintes.

§ 1º Os valores correntes dos exercícios de 2027, 2028 e 2029 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 637/2012 da STN.

§ 2º Os valores da coluna “% PIB”, são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

SEÇÃO I

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS

Art. 8º - O § 2º, inciso II, do art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional. Em atendimento ao que determina o § 2º, inciso II do artigo 4º da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal fica apresentada a memória e metodologia de cálculo para obtenção dos valores dos anexos fiscais para a LDO. No preenchimento dos quadros foram adotados os dados e projeções anuais do PIB, Índice de cálculo de valores constantes, inflação (IPCA) e IGPM, extraídos das projeções do Banco Central do Brasil.

	2024	2025	2026	2027	2028	2029
IPCA (IBGE) - % aa.	4,83	4,26	3,91	3,80	3,50	3,50
IGP-M (FGV) - % aa.	2,30	2,90	4,20	4,20	4,20	4,20
Resultado Primária (% PIB)	-0,70	-0,60	-0,50	-0,20	-0,20	-0,20
Déficit nominal (% PIB)	6,60	5,80	5,30	4,50	4,50	4,50
Dívida bruta (% PIB)	79,50	81,70	83,90	85,70	85,70	85,70

Última Revisão: 06/03/2026



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES ESTADO DO PARANÁ

Rua XV de Novembro, 135 – Centro – Fone / Fax: (42) 3460-1155

CEP: 84.530-000 – CNPJ: 75.963.850/0001-94

www.teixeirasoares.pr.gov.br

	2024	2025	2026	2027	2028	2029
Índice para deflação = 1+(IPCA/100)	1,0483	1,0426	1,0391	1,0380	1,0350	1,0350
CÁLCULO DE VALORES CONSTANTES	1,4868	1,5501	1,6107	1,6720	1,7305	1,7910

Fonte: Link: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>. Foram utilizados dados de 2024 a 2026 e projeções dos exercícios de 2027 a 2029 considerando nestas projeções os índices nos respectivos períodos. Os valores do Índice de cálculo de valores constantes foram calculados da seguinte forma: Cálculo dos valores constantes: Valor Constante = Valor Corrente/Índice para cálculo de valores constantes. Em momentos de maior volatilidade, o grau de incerteza e a margem de erro se elevam, especialmente entre períodos de revisão. As projeções refletem a premissa de que os ajustes necessários para a economia serão feitos nos próximos anos. Caso os ajustes não se confirmem, ou sejam ainda melhores do que o esperado, pode haver grande alteração nas projeções do cenário.

Parágrafo único. De conformidade com a Portaria nº 637/2012-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2027, 2028 e 2029.

SEÇÃO II METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO

Art. 9º - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não financeiras são capazes de suportar as despesas não financeiras.

Parágrafo único. O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

SEÇÃO III METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL

Art. 10 - O cálculo do Resultado Nominal deverá obedecer à metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo único. O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES ESTADO DO PARANÁ

Rua XV de Novembro, 135 – Centro – Fone / Fax: (42) 3460-1155
CEP: 84.530-000 – CNPJ: 75.963.850/0001-94

www.teixeirasoaes.pr.gov.br

Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

SEÇÃO IV METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 11 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais. Parágrafo único. Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2027, 2028 e 2029.

CAPÍTULO III AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 12 - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do art. 4º da LRF, o Demonstrativo III – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

CAPÍTULO IV METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 13 - De acordo com o § 2º, item II, do art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo único. Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES ESTADO DO PARANÁ

Rua XV de Novembro, 135 – Centro – Fone / Fax: (42) 3460-1155
CEP: 84.530-000 – CNPJ: 75.963.850/0001-94

www.teixeirasoaes.pr.gov.br

CAPÍTULO V EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 14 - Em obediência ao § 2º, inciso III, do art. 4º da LRF, o Demonstrativo V – Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo único. O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

CAPÍTULO VI ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 15 - O § 2º, inciso III, do art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo VI – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo único. O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

CAPÍTULO VII RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS E PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

Art. 16 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea “a”, do art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo VII, seguindo o modelo da Portaria nº 637/2012-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

CAPÍTULO VIII ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 17 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter o Demonstrativo VIII – Estimativa e Compensação da Renúncia de



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES ESTADO DO PARANÁ

Rua XV de Novembro, 135 – Centro – Fone / Fax: (42) 3460-1155

CEP: 84.530-000 – CNPJ: 75.963.850/0001-94

www.teixeirasoares.pr.gov.br

Receita, que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção, alteração de alíquota ou modificação da base de cálculo e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

CAPÍTULO IX

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 18 - O art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo único. O Demonstrativo IX – Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO X

DAS DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO FISCAL

Art. 19 - As metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2027 serão as constantes no Plano Plurianual 2026-2029, que indica como prioridades básicas o desenvolvimento de políticas públicas que visam à reconstrução da Cidade rumo ao Desenvolvimento Sustentável, agregando sua atuação nas seguintes diretrizes.

Para a elaboração das propostas orçamentárias com recursos à conta do Tesouro Municipal, as despesas correntes e as despesas de capital serão fixadas conforme o limite destinado para cada órgão e entidade do Poder Executivo, será estabelecido pelo Prefeito Municipal e terá como parâmetro a lei orçamentária de 2026.

Parágrafo primeiro. Excetuam-se do disposto no *caput* as despesas decorrentes do pagamento de precatórios e sentenças judiciais e de juros, encargos e amortização da dívida.

O Poder Legislativo deverá observar os parâmetros da Constituição Federal para elaboração de sua proposta.

O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, segundo a classificação por função, subfunção, programa, projeto e atividade e operações especiais e seus desdobramentos, indicando, para cada um, a fonte de recurso, a modalidade de aplicação, o identificador de procedência e uso, e o grupo de despesa, conforme discriminado:

I - Pessoal e encargos sociais;



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES ESTADO DO PARANÁ

Rua XV de Novembro, 135 – Centro – Fone / Fax: (42) 3460-1155

CEP: 84.530-000 – CNPJ: 75.963.850/0001-94

www.teixeirasoaes.pr.gov.br

- II - Juros e encargos da dívida;
- III - Outras despesas correntes;
- IV – Investimentos;
- V - Inversões financeiras;
- VI - Amortização da dívida.

Parágrafo segundo. A Reserva de Contingência, prevista no art. 29 desta Lei, será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere ao grupo de despesa.

Art. 20 - As prioridades e metas da Administração Municipal, inclusive do Poder Legislativo, para o exercício financeiro de 2027, estarão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2026 a 2029, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta Lei.

§ 1º Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2027 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2027, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO XI EVOLUÇÃO DA RECEITA

Art. 21 - O orçamento para o exercício financeiro de 2027 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 22 - A Lei Orçamentária para 2027 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

Art. 23 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, parágrafo único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterà todos os Anexos exigidos na legislação pertinente.



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES ESTADO DO PARANÁ

Rua XV de Novembro, 135 – Centro – Fone / Fax: (42) 3460-1155
CEP: 84.530-000 – CNPJ: 75.963.850/0001-94

www.teixeirasoares.pr.gov.br

SEÇÃO I DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 24 - O Orçamento para o exercício de 2027 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º, 4º, I, “a” e 48 LRF).

Art. 25 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2027, deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo único. Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 26 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas dotações e observada a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I – projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II – obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III – dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura;
- IV – dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo único. Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 27 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2027, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2026 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 28 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

Parágrafo único. Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com base na discriminação de recursos constantes do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES ESTADO DO PARANÁ

Rua XV de Novembro, 135 – Centro – Fone / Fax: (42) 3460-1155

CEP: 84.530-000 – CNPJ: 75.963.850/0001-94

www.teixeirasoares.pr.gov.br

Art. 29 - O Orçamento para o exercício de 2027, poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 50% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares (art. 5º, III da LRF).

§ 1º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º, III, “b” da LRF).

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2027, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 30 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 31 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 32 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2027 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 33 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2027, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 34 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, “f” e 26 da LRF).

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal), bem como serão responsáveis pela alimentação do Sistema Integrado de Transferências (SIT), no Portal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES ESTADO DO PARANÁ

Rua XV de Novembro, 135 – Centro – Fone / Fax: (42) 3460-1155

CEP: 84.530-000 – CNPJ: 75.963.850/0001-94

www.teixeirasoares.pr.gov.br

Art. 35 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2027, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993 e, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 36 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 37 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 38 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2027 a preços correntes.

Art. 39 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo único. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, ou ainda de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 40 - Durante a execução orçamentária de 2027, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2027 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 41 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo único. Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, “e” da LRF).



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES ESTADO DO PARANÁ

Rua XV de Novembro, 135 – Centro – Fone / Fax: (42) 3460-1155

CEP: 84.530-000 – CNPJ: 75.963.850/0001-94

www.teixeirasoares.pr.gov.br

Art. 42 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2027 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, “e” da LRF).

SEÇÃO II DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 43 - A Lei Orçamentária de 2027 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior à assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 44 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, parágrafo único da LRF).

Art. 45 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

Art. 46 - A Lei Orçamentária de 2027 incluirá dotações para o pagamento de precatórios de acordo com os valores informados pela Procuradoria do Município de Teixeira Soares, conforme o regime de pagamento adotado pelo Município.

Art. 47 - A Procuradoria do Município encaminhará ao Departamento de Assuntos Contábeis, até 2 de maio do corrente exercício, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais inscritos até 2 de abril de 2026 a serem incluídos na proposta orçamentária de 2027.

Parágrafo único. A forma de pagamento e a atualização monetária dos precatórios e das parcelas resultantes observarão, no exercício de 2027, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivo, conforme disposto nos §§ 1º e 5º do art. 100 da Constituição Federal e art. 101 do ADCT.

Art. 48 - O pagamento das obrigações de pequeno valor de que tratao art. 100, § 3º, da Constituição Federal sujeitar-se-á ao disposto na Lei Municipal Nº 2.030/2022.



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES ESTADO DO PARANÁ

Rua XV de Novembro, 135 – Centro – Fone / Fax: (42) 3460-1155
CEP: 84.530-000 – CNPJ: 75.963.850/0001-94

www.teixeirasoares.pr.gov.br

SEÇÃO III DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 49 - O Executivo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá em 2027, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

§ 1º Para cumprimento deste artigo, o Poder Executivo e Legislativo Municipal, ficam autorizados a realizarem, se forem o caso, concursos públicos para as admissões do pessoal necessário.

§ 2º O Poder Legislativo Municipal fica autorizado a proceder, em 2027 observadas as limitações legais, as seguintes Despesas com Pessoal: Vencimentos e Vantagens Fixas; Subsídio dos Vereadores; Obrigações Patronais; Diárias; Indenizações e Restituições Trabalhistas; Sentenças Judiciais; Auxílio Alimentação; Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização; Salário Família; Criar cargos; Nomear Servidores na medida da necessidade; Proceder a admissão e contratação de Pessoal, por prazo determinado, se necessário; Criar e Estruturar, mediante Lei, um Quadro Próprio de Pessoal, extinguindo cargos e/ou criando cargos e/ou alterando a nomenclatura de cargos já existentes e/ou alterando os vencimentos-base de cargos já existentes; Proceder nova fixação dos vencimentos-base e/ou conceder reposição de perdas salariais e/ou conceder revisão geral anual das remunerações e/ou conceder reajuste/aumento dos vencimentos-base – aos servidores/cargos do Poder Legislativo Municipal; Adequar o vencimento-base do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ao salário mínimo fixado nacionalmente, se necessário; e outras despesas legais decorrentes de pagamento de pessoal.

§ 3º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2027.

Art. 50 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, em 2027, a despesa total com pessoal do Poder Executivo Municipal não excederá, em percentual da receita corrente líquida, a despesa verificada no exercício de 2026, acrescida de até 5% (cinco por cento), obedecidos os demais limites legais.

Art. 51 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 52 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES ESTADO DO PARANÁ

Rua XV de Novembro, 135 – Centro – Fone / Fax: (42) 3460-1155
CEP: 84.530-000 – CNPJ: 75.963.850/0001-94

www.teixeirasoares.pr.gov.br

- I – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- II – redução de vantagens concedidas a servidores;
- III – redução das despesas com horas extras;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 53 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo único. Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 – Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

SEÇÃO IV DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 54 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária anual será levado em consideração, adicionalmente, o impacto de eventual alteração na legislação tributária, que deverá observar a capacidade econômica do contribuinte, com destaque para:

- I - atualização da planta genérica de valores do Município;
- II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos, e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V - revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;
- VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia.

§ 1º As eventuais alterações na base de cálculo das transferências constitucionais serão igualmente observadas na estimativa das receitas de que trata este artigo.

§ 2º Havendo aumento da receita em razão de modificações na legislação tributária nacional ou no aumento de alíquotas de repasse das transferências constitucionais, este



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES ESTADO DO PARANÁ

Rua XV de Novembro, 135 – Centro – Fone / Fax: (42) 3460-1155

CEP: 84.530-000 – CNPJ: 75.963.850/0001-94

www.teixeirasoares.pr.gov.br

valor poderá ser utilizado como crédito adicional suplementar ou como recurso para abertura de crédito adicional especial.

Art. 55 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita;

Art. 56 - O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar n. 101/2000.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 57 - A Proposta Orçamentária do Poder Legislativo será elaborada pela Câmara Municipal e encaminhada ao Executivo Municipal até a data de 15 de agosto de 2026, para compor o Projeto de Lei do Orçamento Geral do Município, nos termos da legislação pertinente e no limite estabelecido pela Emenda Constitucional n. 25, de 14 de fevereiro de 2000 e Emenda Constitucional n. 58, de 23 de setembro de 2009.

Art. 58 - A Proposta do Orçamento Geral do Município será encaminhada pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo até a data de 30 de setembro de 2026, para ser apreciada e deliberada nos termos da legislação em vigor, devendo ser devolvida para sanção até 15 de dezembro de 2026.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no *caput* deste artigo;

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2027, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual;

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício de 2026, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário;

§ 4º Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

§ 5º Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 6º Fica o Executivo Municipal autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município;



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES
ESTADO DO PARANÁ

Rua XV de Novembro, 135 – Centro – Fone / Fax: (42) 3460-1155
CEP: 84.530-000 – CNPJ: 75.963.850/0001-94

www.teixeirasoaes.pr.gov.br

- § 7º As emendas ao Projeto de Lei do Orçamento somente podem ser aprovadas caso:
- I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com as disposições desta Lei, inclusive com o Anexo de Metas Fiscais;
 - II - estejam em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial a capacidade orçamentária e financeira do Município;
 - III - sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões.

Art. 59 - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, em 15 de abril de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES – PR



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES ESTADO DO PARANÁ

Rua XV de Novembro, 135 – Centro – Fone / Fax: (42) 3460-1155
CEP: 84.530-000 – CNPJ: 75.963.850/0001-94

www.teixeirasoares.pr.gov.br

JUSTIFICATIVA

**Excelentíssima Senhora
Vereadora INÊS APARECIDA FERREIRA
Presidente da Câmara Municipal de Teixeira Soares - PR**
Senhora Vereadora e Senhores Vereadores,

Em cumprimento ao dever constitucional, tenho a honra de submeter, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada apreciação desse Nobre Parlamento, o anexo Projeto de Lei Nº 28/2026, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2027.

Como mencionei e prometi no discurso de posse de minha honrosa permanência à frente do Governo do Município de Teixeira Soares, cumprir com a democracia, com inabalável convicção sobre a importância da política, cujo exercício impõe que o nosso maior compromisso seja com o povo de Teixeira Soares. Compromisso que para mim, também se traduz em completar com empenho, fidelidade e transparência a missão democraticamente nos legada pelas urnas quando da eleição municipal.

O nosso propósito, reiterado em sua integridade nesta propositura, é o de dar continuidade às iniciativas governamentais em curso, comprometidas com a realização de investimentos, o avanço das políticas públicas essenciais ao crescimento econômico e com o incremento das ações de caráter social.

A essa agenda, se agregam novos projetos, como aqueles direcionados à capacitação e proteção de parcela da população jovem mais vulnerável e ao fomento na utilização de novas tecnologias, com intuito de multiplicar oportunidades, garantir preparo educacional e a qualificação profissional de nossa juventude que acompanham os desafios do avanço tecnológico. Tudo isso, sem, em nenhum momento, nos afastarmos de uma atitude responsável para com as finanças públicas.

Para tanto, a presente proposta observa, como de rigor, as disposições previstas na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, o que significa estrita observância ao princípio de austeridade fiscal, destacando-se: o estabelecimento de metas fiscais; a prévia avaliação dos potenciais riscos fiscais; a fixação de critérios para limitação de empenho e da movimentação financeira; e as condições de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES ESTADO DO PARANÁ

Rua XV de Novembro, 135 – Centro – Fone / Fax: (42) 3460-1155
CEP: 84.530-000 – CNPJ: 75.963.850/0001-94

www.teixeirasoares.pr.gov.br

A proposição também estabelece, as metas e as prioridades da Administração para o próximo ano vindouro. Visa, ainda, seguindo os ditames legais e constitucionais, disciplinar a elaboração da lei orçamentária anual, dispor sobre as propostas para a alteração da legislação tributária e orientar a gestão da dívida pública e a captação de recursos por órgãos da administração pública municipal.

Foram também igualmente consideradas, na elaboração da medida, as estratégias que nortearam a preparação do Plano Plurianual do Município de Teixeira Soares – PPA, Lei Nº 2.263/2025, relativo ao período compreendido entre os anos de 2026 a 2029, cujo aperfeiçoamento espera contar com a valiosa colaboração dessa Casa de Leis, conformando, assim, as condições necessárias para concretizar políticas governamentais de longo prazo voltadas ao progresso do Município e ao bem-estar coletivo.

Em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o Anexo de Metas Anuais da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2027, LDO-2027, estabelece as metas anuais de resultado primário, resultado nominal e dívida consolidada do setor público consolidando todas as entidades da Administração Pública Municipal para os exercícios de 2027 a 2029.

No preenchimento dos quadros foram adotados os dados e projeções anuais de 2024 a 2029: do PIB, Índice de cálculo de valores constantes, inflação (IPCA) e IGPM, extraídos das projeções a longo prazo do Banco Central do Brasil, IBGE e FGV.
Cálculo dos valores constantes: Valor corrente/Índice para cálculo dos valores constantes.

Nesse turbilhão de fatos que envolvem a economia brasileira e do cenário de incertezas, principalmente em virtude das guerras indesejáveis que por ora ocorre e se estende entre Rússia e Ucrânia e, Estados Unidos/Israel e Irã, que assola as nações e o mundo, e ainda a diminuição do nosso índice em referência à participação no FPM, referente ao último levantamento do censo demográfico de 2022, os entes federativos convivem com elevados índices de frustração de receitas, que comprometem, sobremaneira, a gestão administrativa. E o município é o ente federado mais prejudicado, considerando que é o menos favorecido na partilha de recursos e responsável por oferecer uma série de serviços para atender as demandas da sociedade.

A transmissão da audiência pública foi feita ao vivo diretamente pelas redes sociais: www.facebook.com/cmteixeirasoares e www.facebook.com/teixeirasoares.pr.gov.br.

Foi disponibilizado também o material da apresentação para download no sítio: www.teixeirasoares.pr.gov.br, pelo menu digital prefeitura municipal, o que permitiu oportunizar sugestões, considerações e esclarecimento de dúvidas da população teixeirassoarense, que de forma positiva contribuiu para qualificar o desenvolvimento



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES

ESTADO DO PARANÁ

Rua XV de Novembro, 135 – Centro – Fone / Fax: (42) 3460-1155

CEP: 84.530-000 – CNPJ: 75.963.850/0001-94

www.teixeirasoares.pr.gov.br

econômico e social de nosso Município, muito diferente das audiências anteriores presenciais.

Por fim, ressalto, que apesar da conjuntura nacional, as metas fiscais e programáticas programadas para o exercício de 2027, refletem o meu compromisso na busca do equilíbrio fiscal, de modo a garantir a prestação dos serviços públicos com qualidade à população de Teixeira Soares e que essa Casa Legislativa tem participação relevante na consecução desses serviços.

Expostos os motivos que embasam a iniciativa e ratificam a determinação do Governo de avançar, com equilíbrio e responsabilidade fiscal, na execução de ações indispensáveis ao pleno progresso de Teixeira Soares, e acreditando ter feito as sucintas e fundamentais considerações acerca do presente Projeto de Lei, encaminho para apreciação e votação desta Ínclita Casa Legislativa, nos moldes descritos em seu Regimento Interno, esperando que os Ilustres Edis o acolham, analisem e aprovem-no.

Teixeira Soares, 15 de abril de 2026.

IVANOR LUIZ MÜLLER
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES - PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

2027

Página: 1 / 1

AMF - Tabela 4 - (LRF, art.4º, §2, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio/Capital	84.517.685,36	100,0	83.149.388,02	100,0	76.215.135,59	100,0
Reservas	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Resultado Acumulado (*)	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
TOTAL	84.517.685,36	100,00	83.149.388,02	100,00	76.215.135,59	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio/Capital	(121.151.963,65)	100,0	(123.190.132,47)	100,0	(118.937.349,91)	100,0
Reservas	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
Resultado Acumulado (*)	0,00	0,0	0,00	0,0	0,00	0,0
TOTAL	(121.151.963,65)	100,00	(123.190.132,47)	100,00	(118.937.349,91)	100,00

Fonte

Notas Explicativas



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DA RECEITA
2027

ART. 12 LRF

Página: 1 / 2

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA		ESTIMADA	PROJETADA		
		2024	2025	2026	2027	2028	2029
11	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE	8.737.874,66	8.885.433,11	12.860.300,00	13.348.991,40	13.856.253,07	14.341.221,93
	METODOLOGIA DE CÁLCULO						
12	CONTRIBUIÇÕES	602.492,68	626.399,40	1.070.600,00	1.111.282,80	1.153.511,55	1.193.884,45
	METODOLOGIA DE CÁLCULO						
13	RECEITA PATRIMONIAL	886.629,87	1.239.031,44	1.463.650,00	1.519.268,70	1.577.000,91	1.632.195,94
	METODOLOGIA DE CÁLCULO						
14	RECEITA AGROPECUÁRIA	57,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	METODOLOGIA DE CÁLCULO						
16	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	41.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	METODOLOGIA DE CÁLCULO						
17	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	60.205.049,66	66.158.131,89	73.250.975,00	76.034.512,05	78.923.823,51	81.686.157,33
	METODOLOGIA DE CÁLCULO						
19	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	223.135,74	130.749,98	239.100,00	248.185,80	257.616,86	2.662.633,45
	METODOLOGIA DE CÁLCULO						
21	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	8.933.954,14	256.168,17	4.000.000,00	4.152.000,00	4.309.776,60	4.460.618,16
	METODOLOGIA DE CÁLCULO						
24	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4.413.760,56	3.485.219,93	31.202.239,92	32.387.925,04	33.618.666,19	34.795.319,50
	METODOLOGIA DE CÁLCULO						

Fonte

Notas Explicativas



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

2027

Página: 1 / 1

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º,

EVENTOS	Valor Previsto 2027
Aumento permanente da receita	1.200.583,19
(-) Transferências constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo final do aumento permanente de receita (I)	1.200.583,19
Redução permanente de despesa (II)	0,00
Margem bruta (III) = (I+II)	1.200.583,19
Saldo utilizado da margem bruta (IV) = (V+VI)	1.080.524,87
Novas DOCC (V)	1.080.524,87
Novas DOCC geradas por PPP's (VI)	0,00
Margem líquida de expansão de DOCC (VII) = (III-IV)	120.058,32

Fonte

Notas Explicativas



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

2027

Página: 1 / 2

AMF - Tabela 1 (LRF, art 4º, § 1º)

Especificação	2027				2028				2029			
	Valor	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor	Valor Constante	% PIB	% RCL
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	129.012.672,1	127.687.278,24	0,000	130,707	133.915.153,73	131.130.619,23	0,000	130,707	138.602.184,1	134.227.670,48	0,000	130,707
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	123.344.669,0	122.077.504,52	0,000	124,964	128.031.766,45	125.369.566,83	0,000	124,964	132.512.878,2	128.330.553,18	0,000	124,964
Receitas Primárias Correntes	117.925.682,1	116.714.188,89	0,000	119,474	122.406.858,10	119.861.618,75	0,000	119,474	126.691.098,1	122.692.518,03	0,000	119,474
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.815.496,91	13.673.565,30	0,000	13,997	14.340.485,79	14.042.300,14	0,000	13,997	14.842.402,80	14.373.952,08	0,000	13,997
Transferências Correntes	102.865.831,6	101.809.053,70	0,000	104,217	106.774.733,29	104.554.536,99	0,000	104,217	110.511.848,9	107.023.912,65	0,000	104,217
Demais Receitas Primárias Correntes	1.244.353,58	1.231.569,88	0,000	1,261	1.291.639,02	1.264.781,62	0,000	1,261	1.336.846,38	1.294.653,30	0,000	1,261
Receitas Primárias de Capital	5.418.986,85	5.363.315,63	0,000	5,490	5.624.908,35	5.507.948,09	0,000	5,490	5.821.780,14	5.638.035,15	0,000	5,490
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	129.012.672,1	127.687.278,24	0,000	130,707	133.915.153,73	131.130.619,23	0,000	130,707	138.602.184,1	134.227.670,48	0,000	130,707
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	121.332.644,0	120.086.149,81	0,000	122,926	125.943.284,51	123.324.511,27	0,000	122,926	130.351.299,4	126.237.197,38	0,000	122,926
Despesas Primárias Correntes	107.576.483,0	106.471.310,81	0,000	108,989	111.664.389,37	109.342.521,11	0,000	108,989	115.572.643,0	111.924.979,69	0,000	108,989
Pessoal e Encargos Sociais	54.406.301,37	53.847.365,71	0,000	55,121	56.473.740,83	55.299.466,86	0,000	55,121	58.450.321,75	56.605.533,15	0,000	55,121
Outras Despesas Correntes	53.170.181,64	52.623.945,09	0,000	53,868	55.190.648,55	54.043.054,27	0,000	53,868	57.122.321,25	55.319.446,54	0,000	53,868
Despesas Primárias de Capital	13.635.518,51	13.495.435,89	0,000	13,815	14.153.668,21	13.859.367,11	0,000	13,815	14.649.046,60	14.186.698,52	0,000	13,815
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	120.642,52	119.403,12	0,000	0,122	125.226,93	122.623,05	0,000	0,122	129.609,87	125.519,17	0,000	0,122
Receita Total (COM FONTES RPPS)	8.983.794,08	8.891.500,31	0,000	9,102	9.325.178,25	9.131.277,26	0,000	9,102	9.651.559,49	9.346.940,35	0,000	9,102
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	6.952.780,24	6.881.351,81	0,000	7,044	7.216.985,89	7.066.921,12	0,000	7,044	7.469.580,39	7.233.828,11	0,000	7,044
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	8.983.794,08	8.891.500,31	0,000	9,102	9.325.178,25	9.131.277,26	0,000	9,102	9.651.559,49	9.346.940,35	0,000	9,102
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	8.983.794,08	8.891.500,31	0,000	9,102	9.325.178,25	9.131.277,26	0,000	9,102	9.651.559,49	9.346.940,35	0,000	9,102
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	2.012.024,97	1.991.354,71	0,000	2,038	2.088.481,94	2.045.055,56	0,000	2,038	2.161.578,80	2.093.355,81	0,000	2,038
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	(18.988,87)	(18.793,79)	0,000	(0,019)	(19.710,42)	(19.300,58)	0,000	(0,019)	(20.400,30)	(19.756,43)	0,000	(0,019)



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

2027

Página: 2 / 2

AMF - Tabela 1 (LRF, art 4º, § 1º)

Especificação	2027				2028				2029			
	Valor	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor	Valor Constante	% PIB	% RCL
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	1.284.291,61	1.271.097,62	0,000	1,301	1.333.094,69	1.305.375,29	0,000	1,301	1.379.753,00	1.336.205,72	0,000	1,301
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	16.447.753,07	16.278.779,34	0,000	16,664	17.072.767,69	16.717.768,95	0,000	16,664	17.670.314,56	17.112.610,28	0,000	16,664
Dívida Pública Consolidada (DC)	13.743.525,37	13.602.333,15	0,000	13,924	14.265.779,33	13.969.147,07	0,000	13,924	14.765.081,61	14.299.071,27	0,000	13,924
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	2.486.749,84	2.461.202,56	0,000	2,519	2.581.246,34	2.527.573,78	0,000	2,519	2.671.589,96	2.587.270,17	0,000	2,519
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	(13.151.436,4	(13.016.327,01)	0,000	(13,324	(13.651.191,07	(13.367.338,11)	0,000	(13,324	(14.128.982,7	(13.683.048,74)	0,000	(13,324

Parâmetros	2027	2028	2029
PIB nominal	0,00	0,00	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	98.703.966,64	102.454.717,38	106.040.632,48

Fonte

Notas Explicativas



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2027

Página: 1 / 1

AMF - Tabela 5 (LRF, art.4º, §2, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2025(a)	2024(b)	2023(c)
RECEITAS DE CAPITAL (I)	3.105,39	527.224,93	2.123,73
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	3.105,39	527.224,93	2.123,73
Alienação de Bens Móveis	0,00	510.549,54	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.105,39	16.675,39	2.123,73
DESPESAS EXECUTADAS	2025(d)	2024(e)	2023(f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	102.826,15	284.323,07	1.474,30
DESPESAS DE CAPITAL	102.826,15	284.323,07	1.474,30
Investimentos	102.826,15	284.323,07	1.474,30
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO III	(g) = ((Ia - IIId) + IIIh)	(h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	(i) = (Ic - IIIf)
	143.830,53	243.551,29	649,43

Fonte

Notas Explicativas



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2027

Página: 1 / 2

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV.)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIAS (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d"exerc.anterior)+(c)
2026	8.784.092,07	7.351.454,31	1.432.637,76	2.865.275,52
2027	10.039.457,30	7.599.135,86	2.440.321,44	5.305.596,96
2028	10.860.410,45	8.494.759,90	2.365.650,55	7.671.247,51
2029	11.083.586,31	8.979.172,44	2.104.413,87	9.775.661,38
2030	11.445.747,31	9.409.274,61	2.036.472,70	11.812.134,08
2031	11.890.303,04	9.871.340,29	2.018.962,75	13.831.096,83
2032	12.222.295,94	10.403.633,04	1.818.662,90	15.649.759,73
2033	12.560.665,63	11.074.092,67	1.486.572,96	17.136.332,69
2034	12.612.239,81	11.360.427,33	1.251.812,48	18.388.145,17
2035	12.759.761,00	11.547.366,40	1.212.394,60	19.600.539,77
2036	12.840.640,95	11.662.090,73	1.178.550,22	20.779.089,99
2037	12.760.936,72	12.100.369,47	660.567,25	21.439.657,24
2038	12.915.686,81	12.423.092,87	492.593,94	21.932.251,18
2039	12.930.179,26	12.748.006,23	182.173,03	22.114.424,21
2040	12.952.139,04	12.993.803,91	(41.664,87)	22.072.759,34
2041	13.220.442,53	13.801.287,01	(580.844,48)	21.491.914,86
2042	13.606.866,27	14.530.345,21	(923.478,94)	20.568.435,92
2043	13.644.402,73	14.948.869,45	(1.304.466,72)	19.263.969,20
2044	13.587.233,85	15.062.340,74	(1.475.106,89)	17.788.862,31
2045	13.706.344,74	16.009.795,42	(2.303.450,68)	15.485.411,63
2046	13.747.289,43	16.937.589,47	(3.190.300,04)	12.295.111,59
2047	14.239.646,12	17.655.710,26	(3.416.064,14)	8.879.047,45
2048	14.288.440,56	17.718.789,58	(3.430.349,02)	5.448.698,43
2049	14.471.230,90	18.330.144,68	(3.858.913,78)	1.589.784,65
2050	14.759.417,33	18.788.201,94	(4.028.784,61)	(2.438.999,96)
2051	14.614.449,64	18.994.103,74	(4.379.654,10)	(6.818.654,06)
2052	14.793.359,29	19.630.120,60	(4.836.761,31)	(11.655.415,37)
2053	14.681.387,16	19.990.976,06	(5.309.588,90)	(16.965.004,27)
2054	14.869.053,76	20.450.534,65	(5.581.480,89)	(22.546.485,16)
2055	14.668.488,13	20.233.076,20	(5.564.588,07)	(28.111.073,23)
2056	14.343.545,70	19.905.968,17	(5.562.422,47)	(33.673.495,70)
2057	13.986.840,83	19.475.449,97	(5.488.609,14)	(39.162.104,84)
2058	13.563.377,89	19.113.476,26	(5.550.098,37)	(44.712.203,21)
2059	13.189.661,79	18.619.766,58	(5.430.104,79)	(50.142.308,00)
2060	12.759.602,71	18.020.480,15	(5.260.877,44)	(55.403.185,44)
2061	12.316.401,80	17.400.253,36	(5.083.851,56)	(60.487.037,00)
2062	11.988.071,20	16.887.254,05	(4.899.182,85)	(65.386.219,85)
2063	11.463.253,98	16.176.330,07	(4.713.076,09)	(70.099.295,94)
2064	10.936.396,51	15.477.709,66	(4.541.313,15)	(74.640.609,09)
2065	10.674.703,26	15.009.381,70	(4.334.678,44)	(78.975.287,53)
2066	10.261.658,15	14.383.379,30	(4.121.721,15)	(83.097.008,68)
2067	9.806.227,24	13.709.457,48	(3.903.230,24)	(87.000.238,92)
2068	9.274.150,01	12.954.395,30	(3.680.245,29)	(90.680.484,21)
2069	8.747.677,30	12.201.792,13	(3.454.114,83)	(94.134.599,04)
2070	8.227.480,35	11.453.879,10	(3.226.398,75)	(97.360.997,79)
2071	7.714.409,37	10.713.156,73	(2.998.747,36)	(100.359.745,15)
2072	7.209.144,63	9.981.827,69	(2.772.683,06)	(103.132.428,21)
2073	6.712.335,34	9.261.962,33	(2.549.626,99)	(105.682.055,20)
2074	6.224.752,58	8.555.639,59	(2.330.887,01)	(108.012.942,21)



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

2027

Página: 2 / 2

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV).

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIAS (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)={"d"exerc.anterior}+(c)
2075	5.747.326,74	7.865.089,25	(2.117.762,51)	(110.130.704,72)
2076	5.281.423,43	7.192.867,35	(1.911.443,92)	(112.042.148,64)
2077	4.828.850,61	6.542.097,85	(1.713.247,24)	(113.755.395,88)
2078	4.391.760,54	5.916.086,61	(1.524.326,07)	(115.279.721,95)
2079	3.972.258,08	5.318.026,93	(1.345.768,85)	(116.625.490,80)
2080	3.572.367,42	4.750.868,56	(1.178.501,14)	(117.803.991,94)
2081	3.193.801,26	4.216.998,72	(1.023.197,46)	(118.827.189,40)
2082	2.837.909,49	3.718.322,43	(880.412,94)	(119.707.602,34)
2083	2.505.418,50	3.255.911,07	(750.492,57)	(120.458.094,91)
2084	2.196.622,71	2.830.227,49	(633.604,78)	(121.091.699,69)
2085	1.911.665,69	2.441.341,66	(529.675,97)	(121.621.375,66)
2086	1.650.593,28	2.088.923,72	(438.330,44)	(122.059.706,10)
2087	1.413.369,39	1.772.328,61	(358.959,22)	(122.418.665,32)
2088	1.199.730,53	1.490.368,87	(290.638,34)	(122.709.303,66)
2089	1.009.049,47	1.241.441,60	(232.392,13)	(122.941.695,79)
2090	840.475,37	1.023.720,86	(183.245,49)	(123.124.941,28)
2091	692.985,17	835.226,16	(142.240,99)	(123.267.182,27)
2092	565.382,20	673.830,34	(108.448,14)	(123.375.630,41)
2093	456.326,93	537.310,77	(80.983,84)	(123.456.614,25)
2094	364.213,98	423.266,25	(59.052,27)	(123.515.666,52)
2095	287.232,06	329.156,66	(41.924,60)	(123.557.591,12)
2096	223.656,35	252.558,72	(28.902,37)	(123.586.493,49)
2097	171.849,34	191.115,91	(19.266,57)	(123.605.760,06)
2098	130.237,56	142.554,39	(12.316,83)	(123.618.076,89)
2099	97.256,10	104.708,06	(7.451,96)	(123.625.528,85)
2100	71.409,21	75.598,38	(4.189,17)	(123.629.718,02)

Fonte

Notas Explicativas



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES - PR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO NA DATA DE ENVIO DO PROJETO DE LEI DA LDO

2027

Página: 1 / 1

AMF - Tabela 1 (LRF, art 4º, § 1º)

CÓDIGO DO PROJETO / ATIVIDADE	NOME DO PROJETO / ATIVIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	PREVISÃO		EXECUÇÃO		SALDO A EXECUTAR	
			Qte	Valor	Qte	Valor	Qte	Valor
1001	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	GLOBAL	1,00	50.000,00	0,00	0,00	1,00	50.000,00
1002	MANUTENÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA DOS	GLOBAL	1,00	100.000,00	0,00	0,00	1,00	100.000,00
1008	CONSTRUÇÃO, REESTRUTURAÇÃO, RESTAURAÇÃO,	GLOBAL	1,00	52.000,00	0,00	0,00	1,00	52.000,00
1010	CONSTR/REV/REF E MANUT UNID CULT TURISTICAS E	GLOBAL	1,00	6.000,00	0,00	0,00	1,00	6.000,00
1026	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	GLOBAL	1,00	5.000,00	0,00	0,00	1,00	5.000,00
1027	OBRAS E INFRAESTRUTURA DA CIDADE, BAIROS E	GLOBAL	1,00	17.245.500,00	0,00	2.044.226,82	1,00	15.201.273,18
1031	SINALIZAÇÃO VIÁRIA E CONSTRUÇÃO DE ROTATÓRIAS NA	GLOBAL	1,00	20.500,00	0,00	0,00	1,00	20.500,00
1035	PAVIMENTAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE VIAS URBANAS	GLOBAL	1,00	300.000,00	0,00	0,00	1,00	300.000,00
1037	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES, PONTILHÕES E	GLOBAL	1,00	25.000,00	0,00	0,00	1,00	25.000,00
1038	RESTAURAÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE	GLOBAL	1,00	19.972.483,04	0,00	3.046.822,30	1,00	16.925.660,74
1043	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA FEIRA DO PRODUTOR	GLOBAL	1,00	81.200,00	0,00	0,00	1,00	81.200,00
1045	UNIDADES DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	GLOBAL	1,00	812.200,00	0,00	592.563,11	1,00	219.636,89
1047	AMPLIAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	GLOBAL	1,00	540.900,00	0,00	265.516,48	1,00	275.383,52
1051	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR E	GLOBAL	1,00	607.000,00	0,00	0,00	1,00	607.000,00
1052	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, RESTAURAÇÃO E	GLOBAL	1,00	1.396.290,87	0,00	5.664,61	1,00	1.390.626,26
1061	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E OU	GLOBAL	1,00	35.000,00	0,00	0,00	1,00	35.000,00
1078	APOIO FINANCEIRO AS ENTIDADES SOCIAIS	GLOBAL	1,00	262.000,00	1,00	240.000,00	0,00	22.000,00
1081	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE MORADIAS	GLOBAL	1,00	72.000,00	0,00	20.912,82	1,00	51.087,18
1089	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA, REVITALIZAÇÃO E	GLOBAL	1,00	849.109,08	0,00	37.820,15	1,00	811.288,93

Fonte

Notas Explicativas



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2027

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso)

Página: 1 / 4

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (I)	5.132.350,06	5.272.578,00	6.934.311,10
Receita de Contribuições dos Segurados	845.587,19	1.208.013,41	1.328.564,18
Ativo	845.587,19	1.208.013,41	1.328.564,18
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de contribuições Patronais	1.672.757,75	1.496.508,88	1.652.674,18
Ativo	1.646.557,46	1.466.873,55	1.612.916,59
Inativo	26.200,29	29.635,33	39.757,59
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	2.533.294,23	2.551.755,66	3.933.636,46
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	2.533.294,23	2.551.755,66	3.933.636,46
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	80.710,89	16.300,05	19.436,28
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS	64.375,22	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	16.335,67	16.300,05	19.436,28
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I + III - II)	5.067.974,84	5.272.578,00	6.934.311,10

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2023	2024	2025
Benefícios	154.119,72	174.325,40	231.863,11
Aposentadorias	154.119,72	174.325,40	231.863,11
Pensões por Morte	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	13.184,60	0,00	0,00
Compensação Financeira entre os Regimes	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	13.184,60	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	167.304,32	174.325,40	231.863,11

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV - V)	4.900.670,52	5.098.252,60	6.702.447,99
---	--------------	--------------	--------------

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2023	2024	2025
VALOR	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2023	2024	2025
VALOR	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	2023	2024	2025
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00

BENS E DIRETOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	2023	2024	2025
Caixa e Equivalentes de Caixa	272.708,81	26.769,74	5.491,15
Investimentos e Aplicações	22.439.964,18	26.162.564,71	32.706.961,56
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES (VII)	4.029.118,19	3.930.942,79	4.397.868,14
Receita de Contribuições dos Segurados	773.623,86	1.031.792,33	1.042.822,88
Ativo	757.319,85	1.014.763,63	1.024.981,81
Inativo	14.721,09	15.250,17	16.120,99
Pensionista	1.582,92	1.778,53	1.720,08
Receita de Contribuições Patronais	2.576.975,69	2.442.317,76	2.608.647,07
Ativo	1.437.754,98	1.230.184,34	1.268.540,89



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES - PR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2027

Página: 2 / 4

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2023	2024	2025
Inativo	986.193,83	1.043.225,80	1.164.990,74
Pensionista	153.026,88	168.907,62	175.115,44
Receita Patrimonial	63.869,28	63.649,38	91.648,18
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	63.869,28	63.649,38	91.648,18
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	614.649,36	393.183,32	654.750,01
Compensação Financeira entre os Regimes	315.701,24	356.525,92	617.445,21
Demais Receitas Correntes	298.948,12	36.657,40	37.304,80
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO - (IX) = (VII + VIII)	4.029.118,19	3.930.942,79	4.397.868,14

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2023	2024	2025
Benefícios	6.692.518,57	7.131.983,18	7.888.394,88
Aposentadorias	5.793.136,36	6.138.408,76	6.856.529,12
Pensões por Morte	899.382,21	993.574,42	1.031.865,76
Outras Despesas Previdenciárias	325.028,38	406.344,16	305.861,86
Compensação Financeira entre os Regimes	18.069,86	80.140,03	36.434,19
Demais Despesas Previdenciárias	306.958,52	326.204,13	269.427,67
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	7.017.546,95	7.538.327,34	8.194.256,74

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX - X)	(2.988.428,76)	(3.607.384,55)	(3.796.388,60)
--	----------------	----------------	----------------

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	2023	2024	2025
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	3.540.675,57	3.896.295,27	4.489.995,84
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

BENS E DIRETOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	2023	2024	2025
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2023	2024	2025
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00

RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	0,00	0,00	0,00
--	------	------	------

BENS E DIRETOS DO RPPS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	2023	2024	2025
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	2023	2024	2025
Contribuições dos Servidores	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2027

Página: 3 / 4

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso)

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO)	2023	2024	2025
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO) (XVIII)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOUREO (XIX) = (XVII - XVIII)	0,00	0,00	0,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIAS (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exerc. anterior) + (c)
2026	8.784.092,07	7.351.454,31	1.432.637,76	2.865.275,52
2027	10.039.457,30	7.599.135,86	2.440.321,44	5.305.596,96
2028	10.860.410,45	8.494.759,90	2.365.650,55	7.671.247,51
2029	11.083.586,31	8.979.172,44	2.104.413,87	9.775.661,38
2030	11.445.747,31	9.409.274,61	2.036.472,70	11.812.134,08
2031	11.890.303,04	9.871.340,29	2.018.962,75	13.831.096,83
2032	12.222.295,94	10.403.633,04	1.818.662,90	15.649.759,73
2033	12.560.665,63	11.074.092,67	1.486.572,96	17.136.332,69
2034	12.612.239,81	11.360.427,33	1.251.812,48	18.388.145,17
2035	12.759.761,00	11.547.366,40	1.212.394,60	19.600.539,77
2036	12.840.640,95	11.662.090,73	1.178.550,22	20.779.089,99
2037	12.760.936,72	12.100.369,47	660.567,25	21.439.657,24
2038	12.915.686,81	12.423.092,87	492.593,94	21.932.251,18
2039	12.930.179,26	12.748.006,23	182.173,03	22.114.424,21
2040	12.952.139,04	12.993.803,91	(41.664,87)	22.072.759,34
2041	13.220.442,53	13.801.287,01	(580.844,48)	21.491.914,86
2042	13.606.866,27	14.530.345,21	(923.478,94)	20.568.435,92
2043	13.644.402,73	14.948.869,45	(1.304.466,72)	19.263.969,20
2044	13.587.233,85	15.062.340,74	(1.475.106,89)	17.788.862,31
2045	13.706.344,74	16.009.795,42	(2.303.450,68)	15.485.411,63
2046	13.747.289,43	16.937.589,47	(3.190.300,04)	12.295.111,59
2047	14.239.646,12	17.655.710,26	(3.416.064,14)	8.879.047,45
2048	14.288.440,56	17.718.789,58	(3.430.349,02)	5.448.698,43
2049	14.471.230,90	18.330.144,68	(3.858.913,78)	1.589.784,65
2050	14.759.417,33	18.788.201,94	(4.028.784,61)	(2.438.999,96)
2051	14.614.449,64	18.994.103,74	(4.379.654,10)	(6.818.654,06)
2052	14.793.359,29	19.630.120,60	(4.836.761,31)	(11.655.415,37)
2053	14.681.387,16	19.990.976,06	(5.309.588,90)	(16.965.004,27)
2054	14.869.053,76	20.450.534,65	(5.581.480,89)	(22.546.485,16)
2055	14.668.488,13	20.233.076,20	(5.564.588,07)	(28.111.073,23)
2056	14.343.545,70	19.905.968,17	(5.562.422,47)	(33.673.495,70)
2057	13.986.840,83	19.475.449,97	(5.488.609,14)	(39.162.104,84)
2058	13.563.377,89	19.113.476,26	(5.550.098,37)	(44.712.203,21)
2059	13.189.661,79	18.619.766,58	(5.430.104,79)	(50.142.308,00)
2060	12.759.602,71	18.020.480,15	(5.260.877,44)	(55.403.185,44)
2061	12.316.401,80	17.400.253,36	(5.083.851,56)	(60.487.037,00)
2062	11.988.071,20	16.887.254,05	(4.899.182,85)	(65.386.219,85)
2063	11.463.253,98	16.176.330,07	(4.713.076,09)	(70.099.295,94)
2064	10.936.396,51	15.477.709,66	(4.541.313,15)	(74.640.609,09)
2065	10.674.703,26	15.009.381,70	(4.334.678,44)	(78.975.287,53)
2066	10.261.658,15	14.383.379,30	(4.121.721,15)	(83.097.008,68)



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS

2027

Página: 4 / 4

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIAS (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d"exerc.anterior)+(c)
2067	9.806.227,24	13.709.457,48	(3.903.230,24)	(87.000.238,92)
2068	9.274.150,01	12.954.395,30	(3.680.245,29)	(90.680.484,21)
2069	8.747.677,30	12.201.792,13	(3.454.114,83)	(94.134.599,04)
2070	8.227.480,35	11.453.879,10	(3.226.398,75)	(97.360.997,79)
2071	7.714.409,37	10.713.156,73	(2.998.747,36)	(100.359.745,15)
2072	7.209.144,63	9.981.827,69	(2.772.683,06)	(103.132.428,21)
2073	6.712.335,34	9.261.962,33	(2.549.626,99)	(105.682.055,20)
2074	6.224.752,58	8.555.639,59	(2.330.887,01)	(108.012.942,21)
2075	5.747.326,74	7.865.089,25	(2.117.762,51)	(110.130.704,72)
2076	5.281.423,43	7.192.867,35	(1.911.443,92)	(112.042.148,64)
2077	4.828.850,61	6.542.097,85	(1.713.247,24)	(113.755.395,88)
2078	4.391.760,54	5.916.086,61	(1.524.326,07)	(115.279.721,95)
2079	3.972.258,08	5.318.026,93	(1.345.768,85)	(116.625.490,80)
2080	3.572.367,42	4.750.868,56	(1.178.501,14)	(117.803.991,94)
2081	3.193.801,26	4.216.998,72	(1.023.197,46)	(118.827.189,40)
2082	2.837.909,49	3.718.322,43	(880.412,94)	(119.707.602,34)
2083	2.505.418,50	3.255.911,07	(750.492,57)	(120.458.094,91)
2084	2.196.622,71	2.830.227,49	(633.604,78)	(121.091.699,69)
2085	1.911.665,69	2.441.341,66	(529.675,97)	(121.621.375,66)
2086	1.650.593,28	2.088.923,72	(438.330,44)	(122.059.706,10)
2087	1.413.369,39	1.772.328,61	(358.959,22)	(122.418.665,32)
2088	1.199.730,53	1.490.368,87	(290.638,34)	(122.709.303,66)
2089	1.009.049,47	1.241.441,60	(232.392,13)	(122.941.695,79)
2090	840.475,37	1.023.720,86	(183.245,49)	(123.124.941,28)
2091	692.985,17	835.226,16	(142.240,99)	(123.267.182,27)
2092	565.382,20	673.830,34	(108.448,14)	(123.375.630,41)
2093	456.326,93	537.310,77	(80.983,84)	(123.456.614,25)
2094	364.213,98	423.266,25	(59.052,27)	(123.515.666,52)
2095	287.232,06	329.156,66	(41.924,60)	(123.557.591,12)
2096	223.656,35	252.558,72	(28.902,37)	(123.586.493,49)
2097	171.849,34	191.115,91	(19.266,57)	(123.605.760,06)
2098	130.237,56	142.554,39	(12.316,83)	(123.618.076,89)
2099	97.256,10	104.708,06	(7.451,96)	(123.625.528,85)
2100	71.409,21	75.598,38	(4.189,17)	(123.629.718,02)

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIAS (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d"exerc.anterior)+(c)
2027	0,00	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2027

Página: 1 / 1

ARF(LRF, art.4º, § 3º)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	695.732,41	ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL A PARTIR DA REDUÇÃO DE DOTAÇÕES DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS	695.732,41
Assunção de Passivos	88.349,33	ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL A PARTIR DA REDUÇÃO DE DOTAÇÕES DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS	88.349,33
Assistências Diversas	252.426,66	ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL A PARTIR DE REDUÇÃO DE DOTAÇÕES DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS	252.426,66
SUBTOTAL	1.036.508,40	SUBTOTAL	1.036.508,40

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	1.893.200,02	LIMITAÇÃO DE EMPENHOS E REPROGRAMAÇÃO FINANCEIRA.	1.893.200,02
Discrepância de Projeções	126.213,34	ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL A PARTIR DE REDUÇÃO DE DOTAÇÕES DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS	126.213,34
SUBTOTAL	2.019.413,36	SUBTOTAL	2.019.413,36

TOTAL	3.055.921,76	TOTAL	3.055.921,76
--------------	---------------------	--------------	---------------------

Fonte

Notas Explicativas



MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES
ESTADO DO PARANÁ

Rua XV de Novembro, 135 – Centro – Fone / Fax: (42) 3460-1155
CEP: 84.530-000 – CNPJ: 75.963.850/0001-94

www.teixeirasoaes.pr.gov.br

OFÍCIO Nº 225/2026

Teixeira Soares (PR), 15 de abril de 2026.

À Sua Excelência a Senhora
VEREADORA INÊS APARECIDA FERREIRA
Presidente da Câmara Municipal
Teixeira Soares - PR

Assunto: Encaminha Projeto de Lei sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária 2027.

Senhora Presidente,

Cumprimentando-a cordialmente, submetemos à apreciação dessa Egrégia Câmara Municipal, o Projeto de Lei Nº 028/2026, em anexo, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2027.

O presente Projeto de Lei foi elaborado em observância aos dispositivos constitucionais, à Lei Orgânica Municipal, bem como às disposições da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que fixam normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

O projeto destaca também o estabelecimento de metas fiscais, a prévia avaliação dos potenciais riscos fiscais, bem como a fixação dos critérios para a limitação de empenhos e movimentação financeira e as condições de expansão das despesas obrigatórias de natureza continuada.

Ao dar cumprimento às prescrições do referido diploma legal, reafirmaremos nosso compromisso com a responsabilidade fiscal, traduzida na busca do equilíbrio das contas públicas, condição fundamental para impulsionar o desenvolvimento de nosso Município.

As demais justificativas encontram-se anexas.

Atenciosamente,

IVANOR LUIZ MÜLLER
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES - PR

Projeção de Precatórios - Exercício 2027

Ordem	Ofício Precatório	Origem	Nº Precatório	Natureza	Valor Atual (R\$)	Índice Correção Acumulado (%)	Valor Projetado 2027 (R\$)
4º	2025/919073	TJPR	000xxxx-09.xxxx.8.16.7000	Alimentar	R\$ 106.771,88	10,25%	R\$ 117.716,00
5º	2025/900201	TJPR	000xxxx-76.xxxx.8.16.7000	Alimentar	R\$ 14.599,70	10,25%	R\$ 16.096,17
6º	2025/900202	TJPR	000xxxx-24.xxxx.8.16.7000	Comum	R\$ 10.551,49	10,25%	R\$ 11.633,02
7º	2025/923297	TJPR	001xxxx-84.xxxx.8.16.7000	Comum	R\$ 26.727,74	10,25%	R\$ 29.467,33
15º	2025/04168	JUSTIÇA DO TRABALHO	000xxxx-91.xxxx.5.09.0000	Alimentar	R\$ 112.551,33	10,25%	R\$ 124.087,84
16º	2025/04167	JUSTIÇA DO TRABALHO	000xxxx-09.xxxx.5.09.0000	Comum	R\$ 22.314,05	10,25%	R\$ 24.601,24

A projeção dos precatórios para o exercício de 2027 foi realizada com base na estimativa de inflação medida pelo IPCA, atualmente projetada em 3,80% ao ano, acrescida de margem prudencial para absorver eventuais variações inflacionárias e incertezas quanto ao momento efetivo de pagamento.

Dessa forma, adotou-se índice anual de 5%, aplicado de forma composta para os exercícios de 2026 e 2027, resultando em variação acumulada de 10,25%, de modo a evitar subavaliação do passivo judicial.

Jean Paul T. Yamamoto
OAB - PR: 41.662

Jean Paul Takeshi Yamamoto
Procurador Jurídico
OAB/PR 41.662

PROJEÇÃO A LONGO PRAZO LDO 2027

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026*	2027*	2028*	2029*
IPCA (IBGE) - % aa	2,95	3,75	4,31	4,52	10,06	5,79	4,62	4,83	4,26	3,91	3,80	3,50	3,5
IGP-M (FGV) - % a	-0,52	7,54	7,30	23,14	17,78	5,45	-3,20	2,30	2,90	4,20	4,20	4,20	4,2
Resultado Primário	-1,68	-1,55	-0,84	-9,24	0,73	1,26	-2,30	-0,70	-0,60	-0,50	-0,20	-0,20	-0,2
Déficit nominal (%)	7,77	6,96	5,81	13,34	4,31	4,65	8,90	6,60	5,80	5,30	4,50	4,50	4,5
Dívida bruta (% PIB)	73,72	75,27	74,44	86,94	77,30	71,70	74,30	79,50	81,70	83,90	85,70	85,70	85,7
Última revisão: 06/03/2026													
FONTE:													
https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus													
	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026*	2027*	2028*	2029*
Índice para deflação	1,0295	1,0375	1,0431	1,0452	1,1006	1,0579	1,0462	1,0483	1,0426	1,0391	1,0380	1,0350	1,035
CALCULO DE VALOR ADICIONAL	1,0295	1,0681	1,1141	1,1644	1,2815	1,3557	1,4183	1,4868	1,5501	1,6107	1,6720	1,7305	1,791
									1,1602	1,1435	1,1357	1,1754	1,216
											1,0380	1,07433	1,11193



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2027

Página: 1 / 1

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º,

Especificação	Metas previstas em 2025 (a)	% PIB	% RCL	Metas realizadas em 2025 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) *
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	98.354.004,26	0,000	133,763	80.822.533,92	0,000	109,920	(17.531.470,34)	(17,825)
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	87.143.167,56	0,000	118,516	79.329.090,60	0,000	107,889	(7.814.076,96)	(8,967)
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	98.354.004,26	0,000	133,763	81.619.391,49	0,000	111,004	(16.734.612,77)	(17,015)
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	77.361.282,51	0,000	105,213	76.684.325,95	0,000	104,292	(676.956,56)	(0,875)
Receita Total (COM FONTES RPPS)	3.298.981,92	0,000	4,487	15.822.175,08	0,000	21,518	12.523.193,16	379,608
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	2.922.948,96	0,000	3,975	11.796.890,44	0,000	16,044	8.873.941,48	303,595
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	3.298.981,92	0,000	4,487	88.881.891,97	0,000	120,881	85.582.910,05	2.594,222
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	3.298.981,92	0,000	4,487	8.881.891,97	0,000	12,080	5.582.910,05	169,231
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I - II)	9.781.885,05	0,000	13,304	2.644.764,65	0,000	3,597	(7.137.120,40)	(72,963)
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III - IV)	9.405.852,09	0,000	(0,511)	5.559.763,12	0,000	3,964	(3.846.088,97)	(40,890)
Dívida Pública Consolidada (DC)	2.588.059,64	0,000	3,520	13.240.390,53	0,000	18,007	10.652.330,89	411,595
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	1.567.096,36	0,000	2,131	2.395.712,76	0,000	3,258	828.616,40	52,876
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	(9.630.473,48)	0,000	(13,098)	(1.880.899,44)	0,000	(2,558)	7.749.574,04	(80,469)

Parâmetros	Valor Previsto 2025	Valor Realizado 2025
PIB nominal	0,00	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL	76.227.055,32	73.528.427,61

Fonte

Notas Explicativas



PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2027

Página: 1 / 1

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso)

CÓDIGO	TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES / PROGRAMAS / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
				2027	2028	2029	
1	IPTU	Outros Benefícios	REFIS - PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DIVIDA.	50.485,33	52.403,77	54.237,91	INCENTIVO PARA PAGAMENTO DAS DIVIDAS TRIBUTARIAS EM ATRASO.
TOTAL				50.485,33	52.403,77	54.237,91	

Fonte

Notas Explicativas